

BEST OPTION VIAGENS E TURISMO LTDA.

C.N.P.J. n.º 14.202.473/0001-86 – NIRE n.º 35225649615
(NIRE antes de transformação em sociedade anônima fechada)
20ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pela presente alteração e consolidação de Contrato Social, o abaixo assinado: **Befly Travel Participações S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Befly Travel, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – (“JUCERJIA.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 22 de agosto de 1994; a sua “9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social” devidamente registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 05 de dezembro de 2016; e o seu “Estatuto Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 3530050690-1, em sessão de 01 de agosto de 2017, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 00.168.403/0001-44, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.410.446-2, (“**Companhia**”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, **Marcio Velmovsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, ambos com endereços profissionais devidamente situados e estabelecidos na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo; **Única Sócia** quotista da sociedade empresária limitada denominada “**Best Option Viagens e Turismo Ltda.**”, com sede devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35225649615, em sessão de 25 de julho de 2011, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 14.202.473/0001-86, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.378.240-8, e sua 19ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, devidamente registrada e arquivada perante a mesma JUCESP, sob o nº 425.744/24-3, em sessão de 21 de novembro de 2024, (doravante denominada “**Sociedade**”), resolve, por unanimidade, transformar a Sociedade Empresária Limitada, em Sociedade Anônima Fechada, mediante o presente instrumento de 20ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL da Sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas, termos e condições: **1. Primeira Alteração: Da Cessão e Transferência das Quotas e a Admissão da Nova Sócia: Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** 1.1. Neste ato, a sócia **Befly Travel Participações S.A.**, já devidamente acima qualificada, cede e transfere, 103.158 (cento e três mil, cento e cinquenta e oito) quotas de sua titularidade, bem como seus respectivos direitos, deveres e obrigações a nova sócia admitida **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, sociedade empresária limitada, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Befly Conecta, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35223958564, em sessão de 27 de janeiro de 2010, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 11.522.823/0001-01, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 4.015.677-0, (“**Befly Conecta**” ou “**Sócia Ingressante**”), pelo o que dá sócia **Befly Travel Participações S.A.** a nova sócia **Befly Conecta**, a mais plena, geral, irrevogável e irretroatável quitação pelas quotas ora transferidas. **2. Segunda Alteração: Do Capital Social e da nova distribuição da Participação Societária.** 2.1. O capital social da Sociedade continua a ser de R\$10.315.800,00 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentos reais), divididos em 10.315.800 (dez milhões, trezentas e quinze mil e oitocentas) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada quota, totalmente integralizadas em moeda correte do país e, em virtude da cessão e transferência das quotas acima relacionada, fica assim distribuídas entre as sócias:

Sócios	Número de Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Befly Travel Participações S.A.	10.212.642	R\$10.212.642,00	99,00%
Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.	103.158	R\$103.158,00	1,00%
Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00	100,00%

3. Terceira Alteração: Da Transformação da Sociedade. 3.1. As sócias resolvem proceder com a transformação do tipo societário da **Best Option Viagens e Turismo Ltda.**, de “sociedade empresária limitada”, em “sociedade anônima de capital fechado”, por se ajustar melhor aos negócios sociais que se empreenderão futuramente, passando esta a adotar a nova denominação **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sem que essa transformação implique em interrupção na existência da Sociedade e nos negócios ora em curso, ou qualquer mudança quanto aos ativos e obrigações existentes e que compõem o seu patrimônio, de acordo com o disposto em artigo 1.113, do Código Civil Lei nº 10.406/02), e no artigo 220, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), ou seja, sem qualquer solução de continuidade. Como consequência desta deliberação, cada 01 (uma) quota que compõe o Capital Social da Sociedade é convertida, neste ato, em 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Sociedade, totalizando 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são distribuídas entre os sócios na mesma proporção de sua participação pretérita na Sociedade. A relação completa de sócios, com a indicação da quantidade de ações resultantes da conversão, consta do **Anexo I** desta ata, fazendo parte integrante desta. **3.2.** Em virtude da transformação do tipo societário da Sociedade, as sócias aprovam o Estatuto Social da Sociedade, cuja minuta encontra-se anexa à presente ata no **Anexo II**, sendo considerado parte integrante desta. **3.3.** Elegem as sócias, para regularização da representação legal da Sociedade, os membros da Diretoria da Sociedade, para o mandato unificado de 02 (dois) anos, admitindo-se a reeleição para o mesmo cargo, conforme abaixo: **a) Sr. Marcio Velmovsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, com endereço profissional devidamente situado e estabelecido na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica; e **b) Sra. Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, com endereço profissional devidamente situada e estabelecida na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora sem designação específica. Os Diretores ora eleitos tomaram posse mediante a assinatura, no prazo legal, do competente Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Sociedade, nos termos do artigo 149, da Lei das Sociedades Anônimas. Declaram, sob as penas da lei, nos termos do artigo 147, da Lei das Sociedades Anônimas demais legislação aplicável, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou contra a propriedade. Tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Sociedade. Assinados os Termos de Posse, os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipuladas pela lei ou pelo Estatuto Social da Sociedade. **3.4.** As sócias, por conseguinte, deliberam que a remuneração dos membros da Diretoria da Sociedade será fixada pelos sócios em sede de assembleia geral, competindo-lhes, igualmente, a revisão, alteração ou redefinição dos valores então estabelecidos, sempre que assim deliberado. **3.5.** As sócias aprovam a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, da Lei das Sociedades Anônimas, e que o Conselho Fiscal não será instalado até que haja solicitação dos acionistas, na forma da lei. **3.6.** As sócias aprovam que as publicações da Sociedade, ordenadas pelo artigo 289, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), sejam realizadas pela Sociedade em Jornal de grande circulação, juntamente com o Diário Oficial do Estado de São Paulo. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de 20ª Alteração e Consolidação de Contrato Social em 1 (uma) única via, para um só efeito, a qual, em seguida, será enviada para a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, para fins de registro e arquivamento. São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2025. **Sócios: Befly Travel Participações S.A.** Representada por: Marcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica; **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** Representada por: Marcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Visto da Advogada:** Dra. Beatriz Cirilo Robles Carteira de Identidade Profissional nº 411.304 Expedida pela OAB/SP. Inscrita no C.P.F. sob o nº 441.717.598-54.

Anexo I – Lista de Subscritores

Best option Viagens e Turismo S.A. – C.N.P.J. nº 14.202.473/0001-86

Lista dos subscritores do capital social da empresa: **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 14.202.473/0001-86, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.378.240-8, (“**Companhia**”), neste ato, devidamente representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, **Marcio Velmovsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, ambos com endereços profissionais devidamente situados e estabelecidos na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Alteração Contratual data de 22 de dezembro de 2025, considerando a subscrição de: **(i)** 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em virtude da transformação da Companhia deliberada nesta data.

	Subscritores	Nº de Ações Ordinárias Subscritas na Transformação	Valor Total Subscrito
1	Befly Travel Participações S.A. , sociedade anônima de capital fechado, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Befly Travel, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – (“JUCERJIA.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 22 de agosto de 1994; a sua “9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social” devidamente registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 05 de dezembro de 2016; e o seu “Estatuto Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 3530050690-1, em sessão de 01 de agosto de 2017, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 00.168.403/0001-44, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.410.446-2, (“ Companhia ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Marcio Velmovsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	10.212.642	R\$10.212.642,00
2	Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda. , sociedade empresária limitada, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Befly Conecta, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35223958564, em sessão de 27 de janeiro de 2010, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 11.522.823/0001-01, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 4.015.677-0, (“ Sociedade ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Marcio Velmovsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	103.158	R\$103.158,00
	Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00

São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2025. **Acionistas: Befly Travel Participações S.A.**, Representada por: Marcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, Representada por: Marcio Velmovsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica.

Anexo II – Estatuto Social – Best Option Viagens e Turismo S.A. – CNPJ/MF nº 14.202.473/0001-86

Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. **Art. 1º.** A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, adotará o nome empresarial: **Best Option Viagens e Turismo S.A.** **Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social a atividade de intermediação própria de agência de turismo, que compreende a oferta, reserva e venda de serviços de terceiros, tais como passagens; acomodações e outros meios de hospedagem; programas educacionais e de aprimoramento profissional; serviços de recepção, transferência e assistência: excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres. **Parágrafo Único.** A Companhia também prestará serviços complementares de agência de turismo, destacando-se a intermediação remunerada na obtenção de passaportes, vistos, ou qualquer outro documento necessário à realização de viagens; intermediação remunerada na locação de veículos; assessoramento e execução de atividades que lhe são próprias em feiras, exposições, congressos, eventos e similares; intermediação remunerada de seguros vinculados a viagens, passeios e excursões e de cartões de assistência ao viajante; e outros serviços de interesse de viajantes. **Art. 3º.** A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, podendo por deliberação de seus acionistas, abrir e fechar filiais, agências, escritórios, ou outras dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado, tendo iniciado as suas atividades empresariais na data do dia 14 de julho de 2011. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$10.315.800,00 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentos reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, dividido em 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas)

ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. **§ 2º.** O dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social. **§ 3º.** Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social e/ou nos Acordos de Acionistas da Companhia será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros. **Art. 6º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Único.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações”. **Art. 7º.** A Companhia deverá realizar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do pedido de qualquer dos acionistas, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Art. 8º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembleia geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral. **Capítulo III – Assembleias Gerais.** **Art. 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do art. 132, da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem e nos demais casos previstos em lei e neste Estatuto Social, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições constantes da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Art. 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, observado o quanto disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede social: **(i)** reformar o Estatuto Social; **(ii)** deliberar sobre a eleição, destituição ou substituição dos Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições; **(iii)** definir a remuneração global anual dos Diretores, incluindo benefícios; **(iv)** tomar, anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **(v)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; **(vi)** deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); **(vii)** examinar e aprovar as contas dos(s) liquidante(s); **(viii)** deliberar sobre a formulação de pedido de falência ou de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável; **(ix)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **(x)** Autorizar a alienação de bens integrantes do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; **(xi)** Autorizar a gravação, oneração ou alienação a qualquer título, dos bens da Companhia em operações cujo valor seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) em uma única parcela ou ao longo do período de 12 (doze) meses, ressalvadas as situações em que os créditos adquiridos pela Companhia devam ser dados em garantia dos empréstimos que ela vier a captar; e **(xii)** Autorizar a celebração e assinatura de contratos de qualquer natureza que impliquem em assunção de obrigações ou pagamentos pela Companhia, cujo valor envolvido represente quantia superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). **Parágrafo Único.** Exceto por quóruns majorados previstos na legislação específica aplicável à Companhia e/ou ainda quóruns majorados previstos neste Estatuto Social e/ou em eventual Acordo de Acionistas da Companhia, o qual sempre deverá prevalecer para fins de tomada de decisões, todas as deliberações da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às matérias acima indicadas, deverão ser aprovadas por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Art. 11.** As deliberações da Assembleia Geral observarão as hipóteses previstas em lei ou neste Estatuto Social, como também o quanto previsto em eventual Acordo de Acionistas, desde que devidamente arquivado na sede social da Companhia. **Art. 12.** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a convocação da Assembleia de Geral será realizada por qualquer 01 (um) dos Diretores da Companhia e deverá ser entregue a cada Acionista até 10 (dez) dias antes da data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência com aviso/protocolo de recebimento. **§ 1º.** A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia de Acionistas. **§ 2º.** As Assembleias de Acionistas serão realizadas no lugar da sede da Companhia e, serão instaladas, em primeira convocação, por Acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas. **§ 3º.** Nos termos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais, bem como quaisquer outras reuniões previstas neste Estatuto Social e/ou na legislação vigente aplicável ao tipo societário da Companhia, poderão ser realizadas por meio eletrônico, de forma exclusivamente digital ou semipresencial, por meio da utilização de plataformas de videoconferência para a participação e votação a distância, sem limitação. **§ 4º.** A manifestação dos participantes das Assembleias Gerais ou reuniões realizadas na forma do Parágrafo Terceiro, acima, poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado por qualquer dos Diretores da Companhia, desde que assegure a identificação do participante e a segurança do seu voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial. **§ 5º.** Os anúncios ou convites de convocação, quando publicados, deverão conter o objeto da reunião, ainda que sumariamente, e designar o dia, a hora e o local e/ou endereço eletrônico para a realização da Assembleia Geral. **Art. 13.** Independentemente das formalidades previstas no § 1º acima e na legislação aplicável, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Único.** Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da Lei. **Art. 14.** A Companhia, seus Acionistas, seus Diretores e demais membros que venham a integrar a administração da Companhia, assumem o dever de observar as práticas de governança previstas no art. 8º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme lhe forem aplicáveis em decorrência das disposições regulatórias que obrigatoriamente devam ser cumpridas por determinado fundo de investimento em participações que integre o quadro societário da Companhia na condição de acionista, incluindo, mas não se limitando: (i) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (ii) no caso de abertura de capital da Companhia com registro na categoria A, a adesão de segmento especial de bolsa de valores ou em entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, as práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no mencionado art. 8º. **Capítulo IV – Da Administração.** **Art. 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) membros (individualmente denominado “Diretor” e, em conjunto, “Diretores”), com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 03 (três) Diretores sem Designação Específica, eleitos pelos acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **§ 1º.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse lacrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria em até 30 (trinta) dias contados da eleição. **§ 2º.** Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da eleição, por qualquer que seja o motivo. **§ 3º.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da vacância. **§ 4º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Art. 16.** A Diretoria será eleita pela por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Art. 17.** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de (i) 02 (dois) Diretores sem Designação Específica em conjunto; (ii) por 01 (um) Diretor sem Designação Específica em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (iii) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto. **§ 1º.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante assinatura de 02 (dois) Diretores Sem Designação Específica, não podendo ter prazo de vigência superior a 01 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula ad iudicia, que poderão vigorar por prazo indeterminado. **§ 2º.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores conceder fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infração desta cláusula, salvo quando aprovado em assembleia geral dos acionistas. **Art. 18.** Compete aos Diretores sem Designação Específica: **(i)** desenvolver e implementar as estratégias comerciais da Companhia; **(ii)** coordenar e executar o processo de comercialização de serviços da Companhia; **(iii)** coordenar a tempo e modo de implantação, manutenção e suporte a todos os projetos da Companhia; **(iv)** representar a Companhia perante os órgãos fazendários nos níveis federal, estadual e municipal, assim como perante a Junta Comercial competente, observado o disposto no art. 17, deste Estatuto Social; **(v)** contratar e dispensar funcionários; **(vi)** exercer outras atribuições específicas que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral; **(vii)** desenvolver projetos, análises e pesquisas relacionadas aos riscos do negócio da Companhia; **(viii)** acompanhar e gerenciar os resultados contábeis e financeiros da Companhia; **(ix)** preparar as demonstrações financeiras da Companhia; **(x)** requerer e utilizar certificado digital; **(xi)** gerenciar e desenvolver os materiais e campanhas de marketing da Companhia e seus serviços; **(xii)** definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico, padronização e normalização técnica; **(xiii)** promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; **(xiv)** promover, executar e supervisionar a política qualidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e **(xv)** informar aos demais membros da Diretoria do andamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia. **Art. 19.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas por qualquer dos Diretores e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros e as atas das reuniões de Diretoria serão lavradas no respectivo Livro de Atas de Reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Art. 20.** A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, sua competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Art. 21.** Além das matérias dispostas no art. 10 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores em nome da Companhia também exigirá a prévia e expressa aprovação de acionistas representando, no mínimo 2/3 do capital votante da Companhia: **(i)** o empréstimo de dinheiro para ou pela Companhia, ou qualquer tipo de endividamento da Companhia; **(ii)** criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; **(iii)** requerimento de autofalência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessão de direitos ou bens em favor de credores. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Art. 22.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. **Art. 23.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **§ 1º.** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela assembleia geral que os eleger. **§ 2º.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Lucros.** **Art. 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável, submetendo-as a auditoria anual por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como à deliberação da Assembleia Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 25.** Dos resultados do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 26.** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados, em observância à Lei das Sociedades por Ações, em parte, as reservas legais, e o dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data. **Parágrafo Único.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecendo ao disposto no art. 202, § 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 27.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Art. 28.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação e Disposições Finais.** **Art. 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em assembleia geral especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo Único.** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Art. 30.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, com base nas disposições legais aplicáveis. **Art. 31.** A Companhia deverá observar o acordo de acionistas arquivado em sua sede, na forma do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações ou a constituição de ônus sobre ações em violação a tal acordo, e o presidente da assembleia geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido acordo de acionistas, conforme o art. 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 32.** Este estatuto social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Art. 33.** Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este estatuto social (“Conflito”), envolvendo qualquer dos acionistas (“Partes Envolvidas”), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (“Câmara”). **§ 1º.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem (“Regulamento”). **§ 2º.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros. **§ 3º.** Cada Parte Envolvida indicará 1 (um) árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. **Art. 4º.** Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo 1 (um) único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo 1 (um) único árbitro. **§ 5º.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou a escolha do terceiro árbitro serão dirimidos de acordo com o Regulamento. **§ 6º.** Os procedimentos previstos no presente artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **§ 7º.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **§ 8º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **§ 9º.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **§ 10º.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **§ 11º.** A arbitragem será sigilosa. **§ 12º.** O tribunal arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral, (iv) e honorários advocatícios em favor da parte vencedora. **§ 13º.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos na forma do Regulamento. **§ 14º.** Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da 20ª Alteração e Consolidação de Contrato Social realizada em 22 de dezembro de 2025 da Best Option Viagens e Turismo Ltda. que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral.

§ 15°. Para *(i)* as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, *(ii)* eventual ação anulatória fundada no art. 32, da Lei nº 9.307/96, e *(iii)* os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

§ 16°. A execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro. **Acionistas:** **Befly Travel Participações S.A.** Representada por: Márcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica; **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** Representada por: Márcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Visto da Advogada:** Dra. Beatriz Cirilo Robles Carteira de Identidade Profissional nº 411.304 Expedida pela OAB/SP. Inscrita no C.P.F. sob o nº 441.717.598-54, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 14.495/26-0 e NIRE 35.300.686.209 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

**Contato: (11) 3361-8833**

**Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo